

MARAÍSA INÊS DE ASSIS MARTINS
RAQUEL CABRAL DE SOUSA LUCAS

MATERIAL DIDÁTICO

Atividade didática para a disciplina Laboratório de História e Educação II, do curso de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais. Tema: Arte e Resistência na Ditadura Militar .

Professora: Anna Flávia Arruda Lanna Barreto

BELO HORIZONTE
2024

ARTE E RESISTÊNCIA NA DITADURA MILITAR

A atividade foi planejada em conformidade com as diretrizes postuladas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e é direcionada aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II. Os estudantes serão imersos na Unidade Temática: "Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946" (BRASIL, 2018, p.430), com Objeto Temático: "Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência. As questões indígena e negra e a ditadura" (BRASIL, 2018, p.430). Na realização da atividade proposta será desenvolvido a Habilidade (EF09HI20), prevista pela BNCC, e que visa promover a discussão sobre os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante o período da ditadura civil-militar.(BRASIL, 2018, p.431)

BREVE APRESENTAÇÃO DO TEMA - Liberdade de Expressão e Resistência no Regime Militar

A Liberdade de Expressão, se configura como um direito fundamental do indivíduo, o qual é garantido pela Constituição Federal de 1988, especificamente em seu artigo 5º, inciso IV, que estabelece que "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato" (BRASIL, 1988). É estabelecido, legalmente, que todo cidadão brasileiro tem o direito constitucional de exprimir e divulgar livremente, sem impedimentos e/ou discriminação, opiniões, ideias, pensamentos e convicções de forma livre, desde que não anonimamente, e que não infira diretamente e/ou indiretamente no direito do outro. Posto isso, consideramos aqui, esse direito imprescindível para a realização do princípio da dignidade humana, e representa um pilar essencial na configuração de uma sociedade democrática (PINHEIRO, 2014).

Em contrapartida a Liberdade Expressão, se dá a Censura, a qual se configura como um mecanismo de controle que visa regular, de forma prévia ou posterior, as informações, manifestações, ideias e pensamentos que circulam no seio da sociedade, e que se estabeleceu em alguns momentos da história do Brasil com mais vigor, como foi no caso do período da Ditadura Militar (PINHEIRO, 2014). Podemos citar, como marca nítida de práticas de censura nesse período da nossa história, as práticas empreendidas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) criado em 1924, bem como o Ato Institucional nº 5 (AI-5) decretado em dezembro de 1968, o qual é

posto como um marco que inaugurou o dito momento mais sombrio da Ditadura militar brasileira, em que não só o direito à Liberdade de Expressão foi negado, mas os Direitos Humanos como um todo.

O DOPS, criado ainda no período do Estado Novo, tinha como objetivo prevenir e combater crimes de ordem política e social que, em alguma medida, colocassem em risco a segurança do Estado. Sabe-se que, até a criação da Operação Bandeirantes (OBAN) em 1969, o DOPS foi o órgão de repressão utilizado pelos militares no Regime Militar, sendo uma máquina utilizada, sobretudo, contra organizações, políticos e militantes de tendências socialistas e/ou comunista, que acreditavam ser uma ameaça para o sistema político vigente na época. Atos de tortura, prisões ilegais e execuções faziam parte da rotina do DOPS, conforme está registrado nos documentos da época, bem como se confirma em depoimentos concedidos por vítimas desse período da nossa história (SCHWARCZ; STARLING, 2015)

Entende-se que no contexto da Ditadura a censura emergiu como uma das principais ferramentas do governo para silenciar seus opositores e conter a disseminação de qualquer mensagem contrária à sua ideologia. A prática censória, durante este período histórico auxiliada, em alguma medida, também pelas ações do DOPS, pode ser categoricamente dividida em três fases distintas: a primeira, desde março de 1964 até a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968; a segunda, que teve início com a adoção do AI-5, marcando uma intensificação da censura, persistindo até o início do governo Geisel em 1975; e, por fim, a terceira fase, durante os mandatos dos governos Geisel e Figueiredo, que testemunharam o gradual processo de abertura política e a consequente diminuição progressiva da censura, culminando no retorno pleno do regime democrático com a promulgação da Constituição de 1988 (PINHEIRO, 2014).

Apesar da constante vigilância estatal, o período da Ditadura Militar foi caracterizado pela fertilidade de expressões artísticas, abrangendo áreas como cinema, música, literatura, artes plásticas e teatro (SOUZA, 2015), embora a censura tenha impactado de maneira variável essas manifestações. Contudo, é crucial ressaltar que a arte engajada não se limitava a uma postura de oposição ou resistência ao regime militar, pois já estava presente antes mesmo do Golpe de 1964. Além disso, é fundamental compreender que o engajamento artístico transcende a mera defesa de interesses de classe ou afiliações políticas, não devendo ser reduzido à instrumentalização política da produção cultural. Ele representa, em essência, o

compromisso do artista com a construção de uma determinada realidade (PEREIRA; HERMETO, 2016).

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DIDÁTICA

A partir dessa breve discussão sobre Liberdade de Expressão e Censura no período ditatorial se constituirá a atividade aqui proposta, a qual se estabelecerá com o objetivo central de: Entender como se estabeleceu a resistência de artistas de diferentes áreas (músicos, teatrólogos, artistas plásticos, cineastas...) no período ditatorial brasileiro. E, como objetivos específicos destacam-se:

- Refletir os aspectos que concernem o direito à Liberdade de Expressão;
- Entender como se deu a censura no período ditatorial brasileiro a partir da cassação da Liberdade de Expressão dos cidadãos;
- Compreender como foi a resistência de artistas e a importância das manifestações artísticas durante o regime militar no Brasil;
- Estimular que os discentes percebam as múltiplas formas de expressão artísticas (cinema, música, literatura, artes plásticas, teatro...) como forma de resistência ao longo do período ditatorial.

Para tal será proposto dois momentos para sua realização:

1- Primeira parte:

O docente deverá trazer os aspectos que concernem a Liberdade de Expressão do indivíduo, expondo as questões acima elaboradas, isto é, citando o direito previsto pela Constituição Federal de 1988 e como nem sempre foi assim, ressaltando que houveram momentos da história do nosso país em que tais direitos foram negados aos cidadãos, como no caso do período ditatorial entre os anos de 1964 a 1985 (marco temporal a ser explorado na presente atividade).

A partir desse momento inicial de discussão, o(a) professor(a) deverá trazer para o debate o fato de que apesar da constante vigilância estatal em um projeto de censura dos pensamentos e ideias dos indivíduos, o período da Ditadura Militar foi caracterizado pelas múltiplas manifestações de expressões artísticas, que abrangiam múltiplas áreas como cinema, música, literatura, artes plásticas, teatro, dentre outras.

É importante que o(a) professor(a) converse com os alunos o fato de que a arte engajada não se limitava somente a uma postura de oposição ou/e resistência exclusiva ao regime militar instaurado naquele momento, haja vista que já estavam presentes no período que antecede a ditadura no país, e que tais manifestações não se reduziam a defesa de posicionamento político contrastou ao vigente, mas que havia uma busca de construção de uma nova realidade pelo artista. Evidenciando assim, a amplitude de tais obras artísticas e suas múltiplas facetas.

Nessa perspectiva, o(a) professor(a) deverá discutir com os estudantes o fato de que artistas como Geraldo Vandré, Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Caetano Veloso e tantos outros fizeram parte de uma geração genial de cantores e intérpretes do Brasil, e que havia também uma série de teatrólogos, artistas plásticos e cineastas que se opuseram frontalmente ao novo regime. Como a censura procurava suprimir qualquer tipo de contestação produzida no campo da cultura, do pensamento e das ideias, muito do que disseram, pintaram ou cantaram representava uma estratégia para criticar a ditadura e burlar a censura imposta sobre a sociedade.

Afim de exemplificar para os alunos as múltiplas manifestações artísticas do período ditatorial, o(a) professor poderá apresentar em sala de aula os exemplos a seguir:

1.1- Geraldo Vandré - Música “Pra não dizer que não falei das flores”

Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores

Geraldo Vandré

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não

Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Caminhando e cantando
E seguindo a canção

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora

Não espera acontecer

Pelos campos, há fome
Em grandes plantações
Pelas ruas, marchando
Indecisos cordões

Ainda fazem da flor
Seu mais forte refrão
E acreditam nas flores
Vencendo o canhão

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Há soldados armados
Amados ou não
Quase todos perdidos
De armas na mão

Nos quartéis lhes ensinam
Uma antiga lição
De morrer pela pátria
E viver sem razão

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Somos todos soldados
Armados ou não

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não

Os amores na mente
As flores no chão
A certeza na frente
A história na mão

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando

Uma nova lição

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Na efervescência musical da década de 1960, um período de rica diversidade de correntes e estilos, despontou Geraldo Pedrosa de Araújo Dias, cujo nome artístico, Geraldo Vandré (1935-presente), conquistou um lugar proeminente. As múltiplas correntes coexistentes não representam meramente uma era de rupturas, mas sim um período de edificações e investigações em busca de uma identidade para a música brasileira. Esta jornada foi permeada por diferentes abordagens que abraçavam formas musicais diversas. O percurso escolhido por Vandré destacou-se pela valorização das expressões musicais das classes populares, um elemento crucial para a compreensão dos conflitos e tensões no âmbito da Indústria Cultural brasileira e do paradigma societário estabelecido naquela época.

É relevante salientar que Vandré sempre repudiou a classificação de suas composições como "música de protesto". Em sua obra, é notória a capacidade das classes populares de se organizar e concretizar por si próprias as mudanças almejadas. As figuras populares presentes em suas músicas não são dirigidas por uma liderança intelectualizada, tampouco são caricaturas da realidade. Para Vandré, música e política são indissociáveis; criar música é um ato político, contudo, enfatizar a intenção política da arte é, segundo ele, redundante.

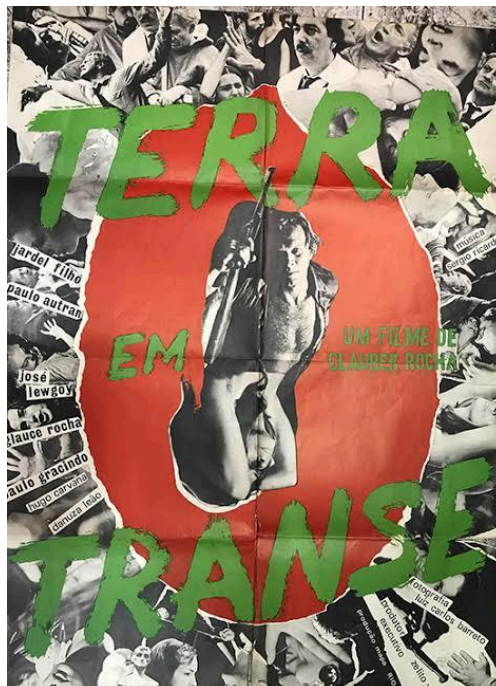
A composição "Pra não dizer que não falei de flores" (1968), de autoria de Vandré, reflete intensamente o clima de radicalização da repressão e da resistência durante a ditadura. As raízes dessa radicalização, na qual Vandré se engajou, foram alimentadas pela intolerância e pela extrema violência do governo militar.

Essa música foi o estopim dos conflitos entre o Governo Militar e Geraldo Vandré. Composta em meados de 1968 e apresentada no III Festival Internacional da Canção, promovido pela Rede Globo, surgiu em um momento em que muitos optavam

pela clandestinidade e pela luta armada, acreditando ser a única forma de derrotar o regime. Foi um período marcado pela morte de um estudante secundarista (Edson Luís) pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, por grandes manifestações pela liberdade e pela proibição das manifestações de rua pelo Conselho Nacional de Segurança, entre outros eventos extremos no Brasil e no mundo. A criação desta música ocorreu em meio a uma conjuntura bastante conflituosa, e sua letra expressa os sentimentos e posicionamentos do cantor diante dessa realidade.

Após a promulgação do Ato Institucional nº5, Geraldo Vandré foi forçado a deixar o país, iniciando seu exílio. Sua trajetória artística no Brasil, até novembro de 1968, foi marcada por sua firme postura diante da realidade e por sua habilidade inquestionável de expressá-la por meio de suas músicas. Sua produção musical não cessou com sua partida precipitada do Brasil; viajando por países da América Latina e da Europa, ele manteve uma coerência extrema e uma produção intensa. As tensões e conflitos da sociedade brasileira antes, durante e após o golpe de 1964 são componentes essenciais da música produzida nesses períodos. Compreender a trajetória de Geraldo Vandré e de outros artistas também implica entender o processo de apagamento histórico e o que se tentou silenciar (CARDOSO, 2015).

1.2- Glauber Rocha - Filme: "Terra em transe"



Cartaz do filme "Terra em Transe" (1967), dirigido por Glauber Rocha

Fonte: MAPA Filmes

O Cinema Novo, influenciado pelo despojamento do neorealismo italiano, pelas inovações da Nouvelle Vague francesa e, mais proximamente, pelo cinema independente brasileiro dos anos 1950, buscava romper com os padrões do tradicional cinema narrativo de "qualidade", predominantemente americano, que o público brasileiro estava acostumado a ver. Os cineastas desse movimento desejavam criar filmes "novos" tanto em conteúdo quanto em forma, pois acreditavam que novos temas exigiam novas maneiras de filmar. Defendiam um cinema de autor, despojado, produzido fora dos grandes estúdios, com imagens e personagens o mais cotidianos possível. O movimento rapidamente ganhou fama internacional (CARVALHO, 2006)

O cineasta Glauber Rocha (1939-1981), um dos grandes nomes do Cinema Novo, aspirava um cinema político, criticando severamente o nacional-desenvolvimentismo de seus contemporâneos e enfatizando a busca por um "estilo próprio", reforçando a crítica à cultura colonizada. Grande parte de sua obra foi marcada por valores afro e afro-brasileiros (SOUZA; ANTONACCI, 2012). Em seu filme *Terra em Transe* (1967), utiliza a metáfora do transe para construir sua obra mais pessoal. Na fictícia República de Eldorado, Paulo Martins (Jardel Filho) é um jornalista que deposita na classe política seu anseio pela mudança da situação de miséria e injustiça que assola o país. Inicialmente aliado ao político conservador Porfírio Diaz (Paulo Autran), ele apoia Felipe Vieira (José Lewgoy), um vereador populista que, após ser eleito governador, acaba controlado pelas forças econômicas que o financiaram. Na disputa pela presidência, Paulo volta a apoiar Diaz, que faz um acordo com o maior empresário do país e assume o poder por meio de um golpe (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2024).

Em 1967, *Terra em Transe* foi proibido em todo o território nacional devido à sua temática "subversiva", sendo liberado posteriormente. A película foi exibida no Festival de Cannes e ganhou diversos prêmios internacionais. Apesar disso, Glauber enfrentou crescentes dificuldades para produzir, distribuir e exibir seus filmes no Brasil, devido às restrições impostas pela censura e à concorrência acirrada com as distribuidoras estrangeiras. Após 1969, Glauber deixou o Brasil devido à inviabilidade de produzir cinema no país (SOUZA; ANTONACCI, 2012).

1.3- Frederico Morais - Manifestação: “Do Corpo à Terra”

“Do Corpo à Terra”, foi um movimento que ocorreu entre os dias 17 e 21 de abril de 1970 na cidade Belo Horizonte, sob a coordenação do curador e crítico de arte Frederico Morais. A manifestação foi formada por eventos simultâneos: uma exposição coletiva montada nas dependências do Palácio das Artes, intitulada "Objeto e Participação"; e a segunda nomeada justamente como "Do Corpo à Terra", a qual foi realizada no Parque Municipal de Belo Horizonte, que se estabeleceu por meio de uma rede de manifestações poéticas radicais

A manifestação ocorreu no auge da repressão militar, em que o Brasil era presidido por Médici, e fazia exatos um ano e quatro meses da promulgação do Ato Institucional nº5, o qual suspendia os direitos civis e sociais dos indivíduos, os chamados anos de chumbo. Assim sendo, “o evento se consolidou com uma das expressões artísticas mais radicais de uma sociedade pressionada, de um lado, pelos ditames da censura, da tortura e do exílio, mas também aberta, de outro, às possibilidades utópicas da resistência política, da luta armada e da contracultura.” (FREITAS, 2015, p. 165)

No início o planejado era somente uma exposição de arte planejada para ocorrer ao longo da inauguração do Palácio das Artes em Belo Horizonte, que se consagraria como uma importante instituição museológica na capital mineira, porém Mari’Stella Tristão, então diretora do setor de Artes Plásticas do Palácio convidou o influente crítico de arte Frederico Morais para organizar as atividades de inauguração, dado para ele autonomia na escolha de, dentre outras coisas, escolher um pequeno grupo de artistas para participar o evento, e assim o fez, levando a consolidação de um evento que traria o que o próprio curador Frederico Morais, chamaria de arte de guerrilha (FREITAS, 2015).

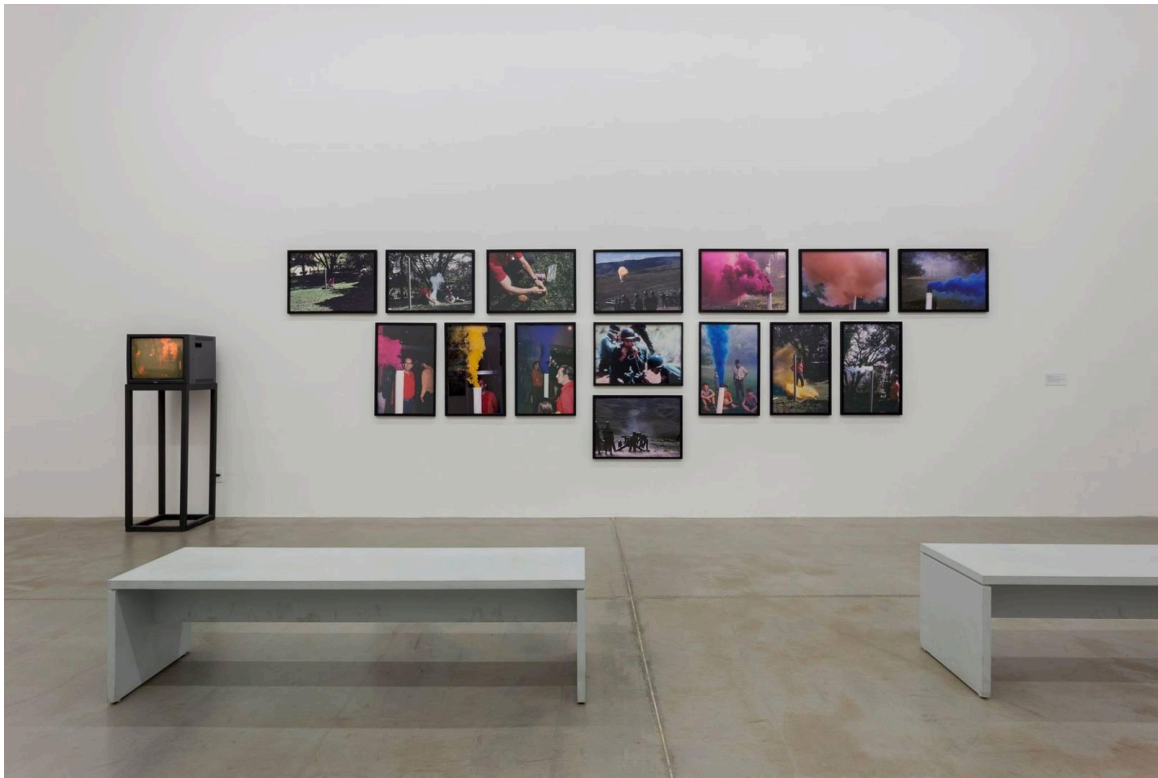
Sobre isso, é importante ressaltar que em fevereiro de 1970, dois meses antes do evento na capital mineira, o curador Frederico Morais que publicou na Revista Vozes (RJ) o artigo “Contra a arte afluyente: o corpo é o motor da obra” no qual tratava de uma dita arte comportamental e politizada e, em alguma medida, guerrilheira, Nas palavras do curador:

O artista, hoje, é uma espécie de guerrilheiro. A arte é uma forma de emboscada. Atuando imprevistamente, onde e quando é menos esperado, de maneira inusitada (pois tudo pode transformar-se, hoje,

em arma ou instrumento de guerra ou de arte) o artista cria um estado permanente de tensão, uma expectativa constante. Tudo pode transformar-se em arte, mesmo o mais banal evento cotidiano. Vítima constante da guerrilha artística, o espectador vê-se obrigado a aguçar e ativar seus sentidos (o olho, o ouvido, o tato, o olfato, agora também mobilizados pelos artistas plásticos), sobretudo, necessita tomar iniciativas. A tarefa do artista-guerrilheiro é criar para o espectador (que pode ser qualquer um, não apenas aquele que frequenta exposições) situações nebulosas, incomuns, indefinidas, provocando nele, mais que o estranhamento ou a repulsa, o medo. E só diante do medo, quando todos os sentidos são mobilizados, há iniciativa, isto é, criação. (MORAIS, 1970, p.49, grifos nossos)

Dito isso, considerando que “Do Corpo à Terra”, conforme mostra Freitas (2015) acabou se tornando “pela soma de algumas ações pontuais, na mais notável manifestação coletiva da vanguarda guerrilheira no país.”(p.166), o(a) professor(a) pode refletir com os alunos um paralelo entre a luta armada no Brasil e a ideia de uma arte de guerrilha, que se baseava, principalmente, na incorporação política ao longo da formação artística, e que foi uma forte tendência na geração do AI-5, entre fins dos anos de 1960 e início da década de 1970. (FREITAS, 2015).

Para exemplificar para os alunos o que foi essa ilustre manifestação foi selecionado dois dos inúmeros trabalhos artísticos apresentados nas mostras do Palácio da Justiça e do Parque Municipal durante o evento em 1970. O primeiro foi a participação do artista e tenente-coronel Décio Noviello no Parque Municipal. O artista valeu-se de sua experiência militar para sua criação artística: “utilizando sinalizadores de fumaça, à época de uso exclusivo das forças armadas, o artista explodiu granadas de cor em pleno Parque Municipal.” (FREITAS, 2015. p.167). Sobre tal obra pode-se passar o vídeo disponível no link <<https://www.youtube.com/watch?v=bwT6PEXuZeU>>, no qual o curador Frederico Moraes e o artista Décio Noviello, sobre a mostra no Parque Municipal, e sobre os registros desse trabalho como parte da mostra “Do objeto para o Mundo - Coleção Inhotim”, que foi a primeira mostra itinerante em obras do acervo do Instituto Inhotim, de 2014.



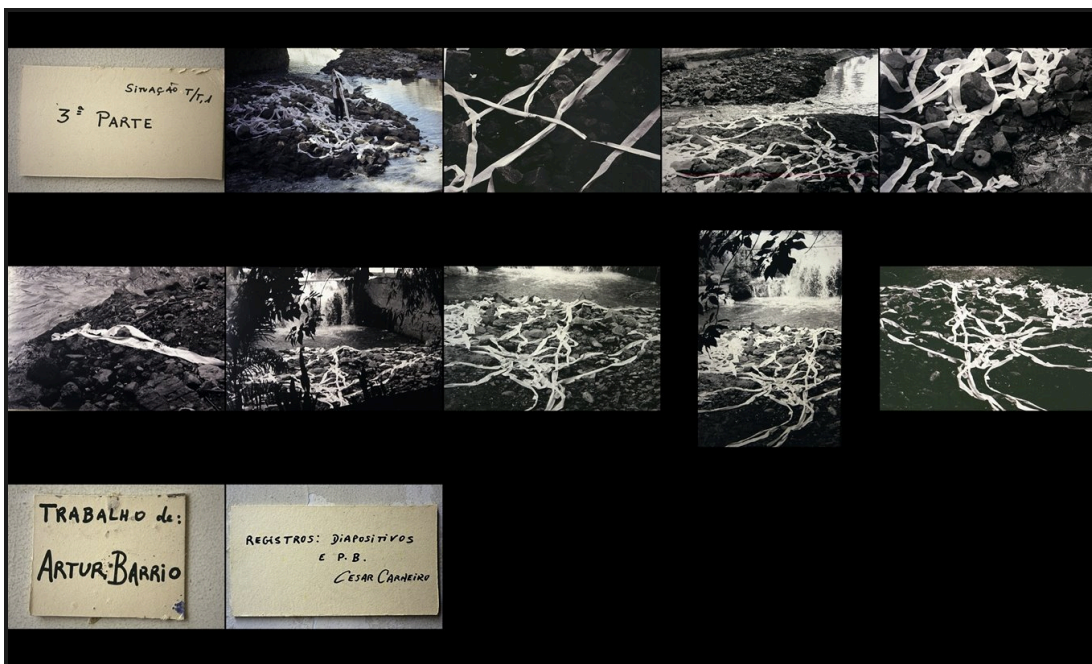
Exposição “Do objeto para o Mundo - Coleção Inhotim
Fonte: Coleção Inhotim

O segundo trabalho artístico que compôs a manifestação “Do Corpo à Terra” que sugerimos para ser apresentado para os discentes, foi do artista luso-brasileiro Artur Barrio denominado “Troupas Ensanguentadas”. No dia 20 de abril de 1970, o artista “arremessou anonimamente quatorze trouxas recheadas de carne bovina, ossos e sangue no Ribeirão Arrudas, dando origem a um evento público que extrapolaria os limites convencionais da própria arte.”(FREITAS, 2015, p.168). As trouxas flutuando no riacho trouxeram muita repercussão, atraindo até mesmo o corpo de bombeiros e da polícia local. Na prática, Barrio ao simular a morbidez de corpos mutilados, o artista evocou a ação dos grupos de extermínio da época e trouxe julgamentos sobre a situação política do país naquele momento.



Trouxas no Arrudas, que corria livre, embora poluído, atrás do Parque Municipal, 1970.
Disponível em: <https://cartografiasentimental.wordpress.com/tag/do-corpo-a-terra/>.

Por fim, nessa mesma linha de raciocínio e crítica o artista Artur Barrio espalhou 60 (sessenta) rolos de papel higiênico pelas margens do Ribeirão Arrudas. As compridas tiras brancas do papel sugeriam uma limpeza do rio, assim como numa cena da “desova”, não houve a mesma comoção das Trouxas Ensanguentadas, mas ficaram ali até se desmancharem por completo.



Papel higiênico pelas margens do Ribeirão Arrudas atrás do Parque Municipal, 1970.
Disponível em: <https://cartografiasentimental.wordpress.com/tag/do-corpo-a-terra/>.

2- Segunda parte:

Após as discussões feitas em sala de aula, o(a) professor(a) deverá instruir que os estudantes se dividem em grupos, sugere-se a divisão de 4 a 5 grupos, a depender da quantidade de estudantes da turma. Para cada grupo deverá ser passado uma das áreas de manifestações artísticas. Sugestão:

- Artes plástica
- Teatro
- Literatura
- Música
- Cinema

Após a divisão dos grupos, deverá ser instruído que cada um dos grupos que pesquise uma manifestação artística de resistência do período ditatorial, de acordo com a área a qual ficou responsável. A manifestação artística escolhida deverá ser diferente das que já foram apresentadas em sala de aula.

Os alunos deverão pesquisar sobre a manifestação artística, sua repercussão e aspectos breves da vida do artista a que se referem, e as pesquisas deverão ser apresentadas para o restante da turma em uma próxima aula (o prazo para a realização a ser definida pelo docente e/ou com os estudantes). Os grupos poderão utilizar de diferentes recursos para a apresentação de suas pesquisas. Sugere-se apresentações de slides e recursos sonoros para a apresentação de imagens e vídeos das manifestações pesquisadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

Cavalcanti, Ana; Dionísio, Emerson; Couto, Maria de Fátima Morethy; Malta, Marize (org.). **Histórias da Arte em Exposições**: Rio Book's / Faperj - 1a. Edição 2015. 240p.

CARDOSO, Marilu Santos. Música, política, repressão e resistência: Geraldo Vandré. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, v. 27, p. 01 - 28, 2015.

CARVALHO, Maria do Socorro (2006). **Cinema Novo brasileiro**, em Fernando Mascarello (comp.) História do cinema mundial, Papyrus, Campinas, SP, (Coleção Campo Imagético) pp.289-310.

MAPA Filmes. **Terra em Transe**. Disponível em: http://mapafilmes.com.br/longas_terra_em_transe/. Acesso em: 11 jun. 2024.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Terra em Transe**. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/cultura/terra-em-transe/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

MORAIS, Frederico. Contra a arte afluyente: o corpo é o motor da “obra”. **Revista de Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, no 1, jan/fev. 1970.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria e HERMETO, Miriam. Justa memória, dívida ética e passados-presentes dolorosos: questões a partir da análise de interpretações sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) em livros didáticos de História. In: MAIA, T.; ALVES, L. M.; HERMETO, M.; RIBEIRO, C. S. P. **(Re) Construindo o passado: o papel insubstituível do ensino de História**. Porto Alegre/BR; Porto/PT: EDIPUCRS-CITCEM, 2016. pp. 150-168.

PINHEIRO, Amanda Lima Gomes. Apesar de você: a arte como forma de liberdade de expressão durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). **Revista da Faculdade de Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 64, p. 27-47, jan./jun. 2014.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M.: **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SOUZA, Alice Costa. **Cultura de Memória no Brasil: Arte sobre a ditadura militar**. Belo Horizonte: I Seminário de Pesquisas em Andamento. Escola de Belas Artes UFMG, 2015, v.1. 14p.

Souza, Victor Martins de; Antonacci, Maria Antonieta. **A poética e a política de Glauber Rocha e Sembene Ousmane**. São Paulo, 2012, 247 pp. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Histórias da Arte em Exposições: Rio Book's / Faperj - 1a. Edição 2015
240p. Formato 16 x 23 cm